

RAIO-X

POLÍCIA PENAL DO CEARÁ



PROJETO
RAIO



GARANTA A SUA APROVAÇÃO, FUTURO AGENTE PENITENCIÁRIO DA POLÍCIA PENAL DO CEARÁ!

Apresentamos o material definitivo, totalmente focado no concurso e que aborda ponto a ponto das disciplinas previstas no edital.

 **Com RAIO-X, você terá acesso a todas as informações que precisa para se destacar na prova, e fechar o edital várias VEZES até o dia da sua prova, como vários de nossos alunos já fizeram!**

 **Nosso material possui diversas qualidades que farão a diferença na sua preparação:**

 **Esquemas Detalhados:** Os dispositivos mais cobrados na sua prova foram cuidadosamente esquematizados em quadros para facilitar a sua compreensão. Tenha o conhecimento na palma da sua mão!

 **Leitura Essencial:** Sabemos que a leitura é fundamental, por isso inserimos todos os conteúdos necessários para o seu estudo de forma completa e objetiva.

 **Cronograma de Estudos de RETA FINAL:** Para melhorar ainda mais o seu desempenho, adicionamos um cronograma de estudos para você fechar seu edital com todo direcionamento necessário. Assim, você terá a prática necessária para se destacar no dia da prova.

 **Caderno de questões comentadas e Lista de questões:** Para melhorar ainda mais o seu desempenho, adicionamos caderno de questões para potencializar sua revisão.

 **Disciplinas Abordadas:** No nosso material completo, você encontrará tudo o que precisa para ser aprovado. São elas:

 **Sumário Inteligente:** Além de indicar quais são os tópicos mais quentes de todas as disciplinas, com base nas estatísticas de cobrança da banca **IDECAN, para o cargo de Agente Penitenciário da PP-CE**, com a nossa análise pormenorizada do cenário atual, você só precisa clicar no conteúdo para ir ao tópico que irá estudar!



Contém todos os tópicos de todas as disciplinas!

PORTUGUÊS
INFORMÁTICA
RACIOCÍNIO LÓGICO
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO
LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA
DIREITO ADMINISTRATIVO
DIREITO CONSTITUCIONAL
DIREITOS HUMANOS
DIREITO PENAL
LEGISLAÇÃO EXTRAORDINÁRIA



PORTUGUÊS

COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS

COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS

Para você se sair bem nas questões sobre interpretação de textos, **precisa dar muita atenção ao comando da questão**, para identificar se a questão deseja que você interprete o que está exatamente no texto, de acordo com a sua **literalidade**, ou então se ela quer que você faça **inferência** a partir do que está escrito no texto. Dando atenção a esses detalhes, seu percentual de acertos aumentará bastante! **Faça muitas questões de interpretação de textos!**

Recorrência:

O leitor deve localizar no texto a informação desejada, ciente de que a resposta será expressa usando diferentes termos, na forma de uma paráfrase, isto é, uma reescrita.

Inferência:

O leitor é encorajado a realizar inferências com base no texto. Essas inferências se fundamentam em pressupostos, ou seja, pistas e indícios fornecidos pelo próprio texto. Extrapolar além dessas pistas do texto constitui uma interpretação excessiva. Geralmente, questões de inferência incluem o seguinte enunciado: "é possível inferir das ideias apresentadas no texto".

COMANDOS DA QUESTÃO

O leitor deve buscar no texto aquela informação, sabendo que a resposta estará escrita com outras palavras, em forma de paráfrase, ou seja, de uma reescritura, ou de informações implícitas.

PRINCIPAIS COMANDOS DE QUESTÕES (ENUNCIADO)

O autor afirma que...
De acordo com o texto...
No texto...

INFERÊNCIA (INTERPRETAÇÃO DE TEXTO)



O leitor deve fazer deduções a partir do texto. O fundamento da dedução será um pressuposto, ou seja, uma pista, vestígios que o texto traz, ou uma informação subentendida, que não está explicitamente marcada no texto, mas é insinuada pelo autor. Deduzir além das pistas do texto é extrapolar;

PRINCIPAIS COMANDOS DE QUESTÕES (ENUNCIADO)

É possível deduzir que...
Qual a intenção do narrador/autor...
Conclui-se que...
Infere-se do texto que...

NÃO COMETA ESSES ERROS!

EXTRAPOLAR	O examinador inventa aspectos que não estão contidos no texto e o candidato, por não ter entendido bem o texto, preenche essas lacunas com a imaginação, fazendo outras associações, à margem do texto, estimulado pela assertiva errada.
LIMITAR E RESTRINGIR	É o contrário da extrapolação. Supressão de informação essencial para o texto. A assertiva reducionista omite parte do que foi dito ou restringe o fato discutido a um universo menor de possibilidades.
ACRESCENTAR OPINIÃO PRÓPRIA	O examinador parafraseia parte do texto, mas acrescenta um pouco da sua própria opinião, opinião esta que não foi externada pelo autor. A armadilha dessas afirmativas está em embutir uma opinião que não está no texto, mas está na consciência coletiva, por ser um clichê ou senso comum que o candidato possa compartilhar.
CONTRADIZER O TEXTO	O texto original diz “A” e o texto parafraseado da assertiva errada diz “Não A” ou “B”. Para disfarçar essa contradição, a banca usará muitas palavras do texto, fará uma paráfrase muito semelhante, mas com um vocábulo crucial que fará o sentido ficar inverso ao do texto.
TANGENCIAR O TEMA	O examinador cria uma assertiva que aparentemente se relaciona ao tema, mas fala de outro assunto, remotamente correlato. No mundo dos fatos, aqueles dois temas podem até ser afins, mas no texto não se falou do segundo, só do primeiro; então houve fuga ao tema.



CLASSE DE PALAVRAS

A classe das palavras são 10, sendo: substantivo, verbo, adjetivo, pronome, artigo, numeral, preposição, conjunção, interjeição e advérbio.

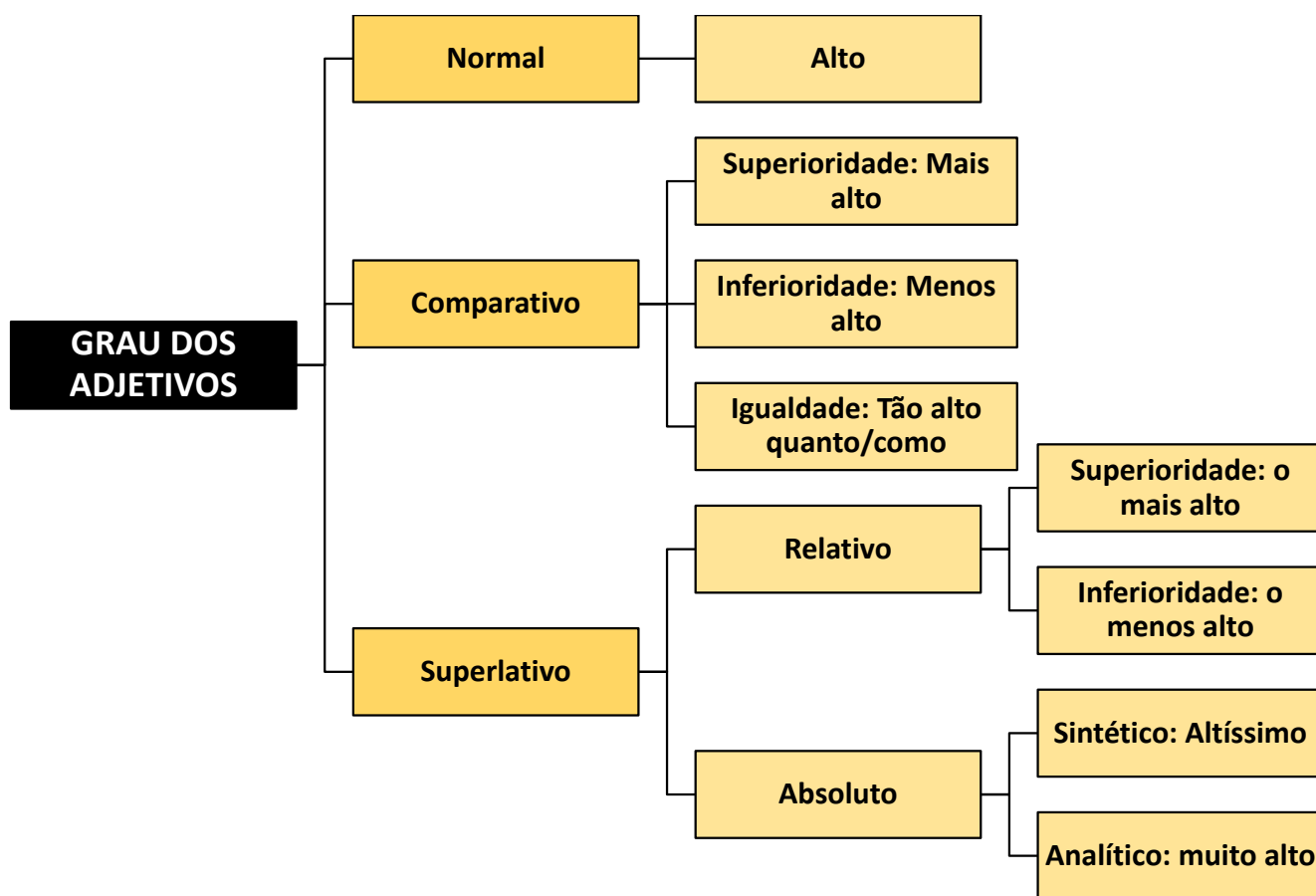
VARIÁVEIS	INVARIÁVEIS
Substantivo	Advérbio
Artigo	Preposição
Adjetivo	Interjeição
Numeral	Conjunção
Verbo	
Pronome	

ADJETIVOS

Classe variável que se refere ao substantivo, por isso, tem função sintática de adjunto adnominal. Podem também ser predicativo.

CLASSIFICAÇÃO DOS ADJETIVOS

CLASSIFICAÇÃO	DEFINIÇÃO
SIMPLES	Possui apenas um radical.
COMPOSTO	Possui mais de um radical.
PRIMITIVO	Forma original, não derivado de outra palavra.
DERIVADO	É formado a partir de outra palavra.
EXPLICATIVO	Indica característica inerente e geral do ser
RESTRITIVO	Indica característica que não é própria do ser.
GENTÍLICO	Relativos a povos e raças.
PÁTRIO	Relativos a cidades, estados, países e continentes.



LOCUÇÃO ADJETIVA

Expressão que equivale a um adjetivo.

Tenho hábitos de velho x Tenho hábitos senis.

Classe variável que se refere ao substantivo, por isso, tem função sintática de adjunto adnominal. Podem também ser predicativo.

- **Locução adjetiva:** expressão que equivale a um adjetivo.
Tenho hábitos de velho x Tenho hábitos senis.

VERBOS E TEMPOS VERBAIS



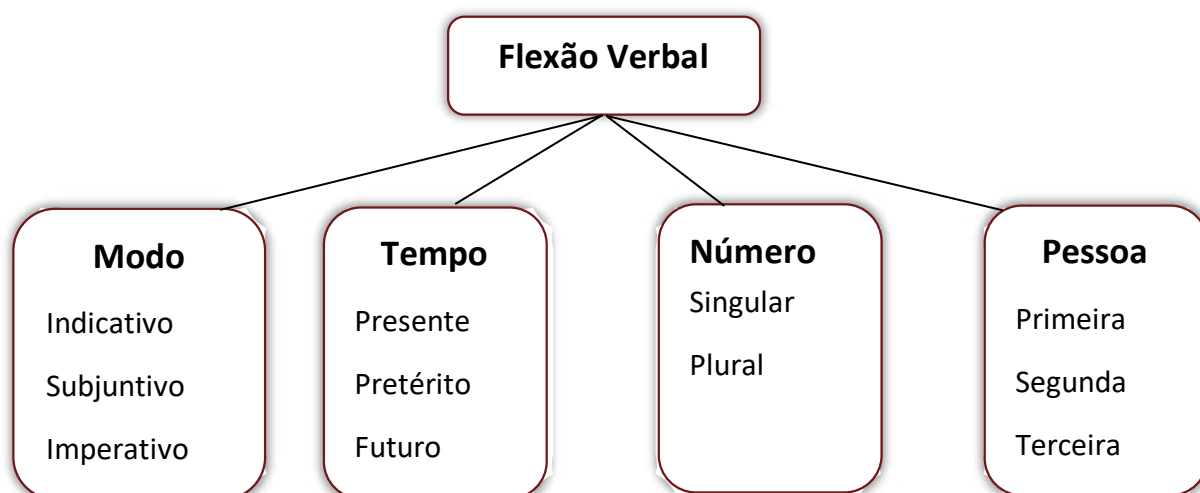
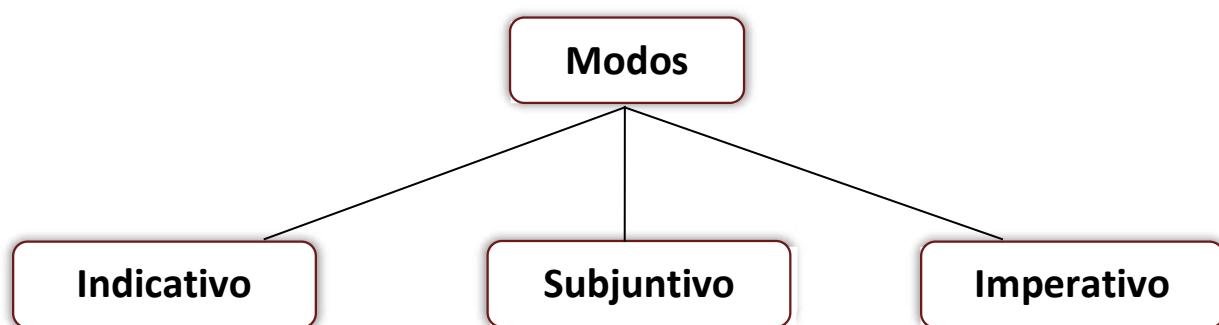
EMPREGO DE TEMPOS E MODOS VERBAIS

Verbo é a classe variável (varia em tempo, modo, número, pessoa) que expressa ação, estado, fenômeno e processos em geral.

ESQUEMATIZANDO

VERBOS	NOCIONAL	TRANSITIVO	DIRETO	
			INDIRETO	
			BITRANSITIVO	
	RELACIONAL	INTRANSITIVO		
			S	SER
			E	ESTAR
			C	CONTINUAR
			A	ANDAR
			P	PARECER
			P	PERMANECER
			F	FICAR
			T	TORNA-SE

MODO INDICATIVO, SUBJUNTIVO E IMPERATIVO





DIREITO PENAL

CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

O conceito de funcionário público para fins penais está no art. 327 do CP:

Art. 327, do CP: Considera-se funcionário público, para os efeitos penais, quem, embora transitoriamente ou sem remuneração, exerce cargo, emprego ou função pública.

Dessa forma, **podemos observar que o conceito de funcionário público utilizado pelo Código Penal difere significativamente do conceito adotado no Direito Administrativo.** No âmbito do Direito Administrativo, os funcionários públicos são restritos aos detentores de cargos públicos efetivos. **No entanto, no Código Penal, esse conceito é mais amplo e inclui também os empregados públicos, estagiários, mesários da Justiça Eleitoral, jurados, entre outros.**

O parágrafo 1º estabelece a figura de funcionário público por equiparação, que inclui aqueles que **exercem cargos, empregos ou funções em entidades paraestatais ou trabalham para empresas prestadoras de serviço contratadas ou conveniadas para executar atividades típicas da administração pública.** Um exemplo disso é um médico que atende pacientes em uma clínica particular por meio de convênio com o SUS.

CRIMES PRATICADOS POR FUNCIONÁRIO PÚBLICO CONTRA A ADMINISTRAÇÃO EM GERAL

- Peculato
- Peculato culposo
- Peculato mediante erro de outrem
- Inserção de dados falsos em sistema de informações
- Modificação ou alteração não autorizada de sistema de informações
- Extravio, sonegação ou inutilização de livro ou documento
- Emprego irregular de verbas ou rendas públicas
- Concussão
- Excesso de exação
- Corrupção passiva
- Facilitação de contrabando ou descaminho
- Prevaricação

	• Condescendência criminosa • Advocacia adm. • Violência arbitrária • Abandono de função • Exercício funcional ilegal/ antecipado ou prolongado • Violação de sigilo funcional • Violação do sigilo de proposta de concorrência.
CRIMES PRATICADOS POR PARTICULAR CONTRA A ADMINISTRAÇÃO EM GERAL	• Usurpação de função pública • Resistência • Desobediência • Desacato • Tráfico de Influência • Corrupção ativa • Descaminho • Contrabando • Impedimento, perturbação ou fraude de concorrência • Inutilização de edital ou de sinal • Subtração ou inutilização de livro ou documento • Sonegação de contribuição previdenciária
CRIMES PRATICADOS POR PARTICULAR CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTRANGEIRA	• Corrupção ativa em transação comercial internacional • Tráfico de influência em transação comercial internacional
CRIMES CONTRA AS FINANÇAS PÚBLICAS	• Contratação de operação de crédito • Inscrição de despesas não empenhadas restos a pagar • Assunção de obrigação no último ano do mandato • Ordenação de despesa não autorizada

	• Prestação de garantia graciosa • Não cancelamento de restos a pagar • Aumento de despesa total com pessoal no último ano do mandato ou legislatura.
CRIMES EM LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	• Contratação direta ilegal • Frustração do caráter competitivo de licitação • Patrocínio de contratação indevida • Modificação ou pagamento irregular em contrato administrativo • Perturbação de processo licitatório • Violação de sigilo em licitação • Afastamento de licitante • Fraude em licitação ou contrato • Contratação inidônea • Impedimento indevido • Omissão grave de dado ou de informação por projetista
CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA	• Reingresso de estrangeiro expulso • Denúncia caluniosa • Comunicação falsa de crime ou de contravenção • Auto-acusação falsa • Falso testemunho ou falsa perícia • Coação no curso do processo • Exercício arbitrário das próprias razões • Fraude processual • Favorecimento pessoal



	• Favorecimento real • Exercício arbitrário ou abuso de poder • Fuga de pessoa presa ou submetida a med. de segurança • Evasão mediante violência c/ pessoa • Arrebatamento de preso • Motim de presos • Patrocínio infiel • Patrocínio simultâneo ou tergiversação • Sonegação de papel ou objeto de valor probatório • exploração de prestígio • violência ou fraude em arrematação judicial • Desobediência a decisão judicial sobre perda ou suspensão de direito
--	---

CONCEITO DE FUNCIONÁRIO PÚBLICO

Funcionário público típico	Quem exerce cargo (regime estatutário), emprego (regime celetista) ou função pública (atividade administrativa em si mesma), ainda que transitoriamente e sem remuneração (ex.: jurado e mesário). Obs: Aquele que exerce múnus público não é considerado funcionário público para fins penais. Ex: tutores, curadores, administradores judiciais, defensores dativos e depositário judicial. Ex: Administrador Judicial da falência - não exerce função, mas encargo Prevalece (STJ) que o advogado dativo é FUNCIONÁRIO PÚBLICO para fins penais.	
Características especiais	Participação e coautoria por particular	A condição de funcionário público é elementar. Assim, o particular que, ciente da condição de funcionário do comparsa pode ser coautor e partícipe de crime funcional.
	Procedimento especial	Há um rito especial para a apuração dos crimes funcionais



		O juiz, antes de receber a denúncia, deve notificar o funcionário público para que este ofereça defesa preliminar, por escrito, em um prazo de 15 dias
	Perda do cargo ou função	Perda do cargo ou função como efeito da condenação Se houver condenação por crime funcional, o efeito da condenação será a perda do cargo, função ou mandato eletivo quando aplicada pena privativa de liberdade por tempo igual ou superior a um ano , nos crimes praticados com abuso de poder ou violação de dever para com a Administração Pública.
	Necessidade de reparação do dano para a progressão de regime	O funcionário condenado por crime contra a Administração Pública somente pode progredir de regime durante a execução da pena caso já tenha reparado o dano causado ou devolvido o produto do crime.
	Princípio da insignificância	Não se aplica

CRIMES PRATICADOS POR FUNCIONÁRIO PÚBLICO CONTRA A ADMINISTRAÇÃO EM GERAL

PECULATO DOLOSO art. 312			PECULATO CULPOSO	Peculato mediante erro de outrem Art. 313
Art. 312 - Apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio: Pena - reclusão, de dois a doze anos, e multa.				
PECULATO APROPRIAÇÃO	PECULATO DESVIO	PECULATO FURTO		
Tem a posse do bem em virtude do cargo e passa a agir como dono . = Peculato Malversação	Tem a posse do bem em virtude do cargo e o desvia em proveito próprio ou de terceiro.	Não tem a posse do bem, mas se vale das facilidades do cargo para subtrair ou concorrer para subtração.	O agente não observa seu dever de cuidado , concorrendo para que outrem subtraia, desvie ou se aproprie do bem.	Essa modalidade é denominada peculato-estelionato , uma vez que a vítima entrega um bem ao

Verbo: Apropriar-se	Verbo: Alterar o destino do bem	Verbo: Subtrair; concorrer para que 3º subtraia	É infração de menor potencial ofensivo, admitindo transação penal e suspensão condicional do processo. Se o agente reparar o dano até a sentença irrecorrível, extingue a punibilidade; se após isso, reduz a pena pela metade	agente por estar em erro.
Posse: iniciou-se de forma lícita	A lei não pune o peculato uso	Requisito: o funcionário tem que se valer de alguma facilidade proporcionada pelo cargo	Ocorre quando: funcionário descuidado + 3º que pratica crime doloso	
Objeto: bem MÓVEL (não existe peculato de bem imóvel)	Desvio pode ser em benefício próprio ou de 3º			
Consumação: quando se inverte o ânimo sobre a coisa	Consumação: quando há a posse lícita + desvio do bem	Consumação: quando deixa o local na posse do bem Crime material	Consumação: quando o 3º consoma o crime Não existe tentativa em crime culposos	



INSERÇÃO DE DADOS FALSOS EM SISTEMA DE INFORMAÇÕES - ART. 313-A	MODIFICAÇÃO OU ALTERAÇÃO NÃO AUTORIZADA DE SISTEMA DE INFORMAÇÕES - ART. 313-B
Art. 313-A - Inserir ou facilitar, o funcionário autorizado, a inserção de dados falsos, alterar ou excluir indevidamente dados corretos nos sistemas informatizados ou bancos de dados da Administração Pública com o fim de obter vantagem indevida para si ou para outrem ou para causar dano: Pena – reclusão, de 2 (dois) a 12 (doze) anos, e multa. Mudança nos dados Objetividade jurídica: A preservação dos bancos de dados da Administração Pública	Art. 313-B - Modificar ou alterar, o funcionário, sistema de informações ou programa de informática sem autorização ou solicitação de autoridade competente: Pena – detenção, de 3 (três) meses a 2 (dois) anos, e multa. Parágrafo único - As penas são aumentadas de um terço até a metade se da modificação ou alteração resulta dano para a Administração Pública ou para o administrado. Mudança no sistema ou programa Objetividade jurídica: preservação dos sistemas de informações e programas de informática da Administração.
Trata-se de um crime próprio (só pode ser praticado por um funcionário público autorizado, não podendo ser praticado pelos demais funcionários públicos).	
Se um funcionário público não autorizado ou um particular praticar essa conduta, incide no crime do art. 299 (falsidade ideológica).	Chamado de Peculato Eletrônico
Verbo: 1. Inserir ou facilitar a inserção de dados falsos 2. Alterar ou excluir indevidamente dados corretos nos sistemas	Aumento de um terço até a metade da pena se da modificação ou alteração resulta dano para a Administração ou para o administrado.

EXTRAVIO, SONEGAÇÃO OU INUTILIZAÇÃO DE LIVRO OU DOCUMENTO - ART. 314

Art. 314. **Extraviar** livro oficial ou qualquer documento, de que tem a guarda em razão do cargo; **sonegá-lo** ou **inutilizá-lo**, total ou parcialmente:

Pena — reclusão, de um a quatro anos, se o fato não constitui crime mais grave.

Consumação: Com o extravio ou inutilização

- No extravio e na sonegação, o crime é permanente.

Tentativa: Não é admissível apenas na modalidade omissiva (sonegar).

Aqui não há um dolo específico. Se houver o dolo específico de suprimir o documento, o agente responde pelo artigo 305 do CP (Art. 305 - Destruir, suprimir ou ocultar, em benefício próprio ou de outrem, ou em prejuízo alheio, documento público ou particular verdadeiro, de que não podia dispor)

Subtração ou inutilização de livro ou documento Art. 337	Extravio, sonegação ou inutilização de livro ou documento. Art. 314
É crime praticado por particular contra a administração em geral	É crime praticado por funcionário contra a administração

EMPREGO IRREGULAR DE VERBAS OU RENDAS PÚBLICAS - ART. 315.

Art. 315. **Dar às verbas ou rendas públicas aplicação diversa da estabelecida em lei:**

Pena — detenção, de um a três meses, ou multa.

Consumação: o crime se caracteriza pelo emprego de verbas ou rendas públicas **em benefício da própria Administração**

- O desvio de verbas públicas é em prol da própria Administração.
- Trata-se de um crime de menor potencial ofensivo.
- É uma norma penal em branco, ou seja, o art. 315 só terá validade se houver o complemento de outra lei.
- O sujeito ativo é o funcionário público que possa dispor das verbas.
- Estado de necessidade: é uma excludente de ilicitude, ou seja, o funcionário não responderá pelo crime.



- Se o funcionário cometer o crime do art. 315, mas com a intenção de se beneficiar, também responderá por improbidade administrativa (Lei n. 8.429/1992).
- Trata-se de um crime de ação penal pública incondicionada, material, cabe tentativa e é funcional próprio.

CONCUSSÃO - ART. 316

Art. 316. Exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida:

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 12 (doze) anos, e multa. **Pacote anticrime!!!!**

A pena para o crime de concussão, até o pacote anti-crime, era de no máximo 8 anos, inferior ao crime de corrupção passiva e muito criticado por isso. Por ser uma nova lei que prejudica o réu, ela só tem aplicação após entrar em vigor, no caso, janeiro de 2020.

Essa **exigência** envolve, necessariamente, uma ameaça à vítima, pois, do contrário, haveria mero pedido, que caracterizaria a corrupção passiva

Consumação: No momento em que a exigência chega ao conhecimento da vítima, independentemente da efetiva obtenção da vantagem visada pelo agente.

Tentativa: É possível.

CONCUSSÃO	CORRUPÇÃO PASSIVA
Funcionário público exige a vantagem	Na corrupção passiva, há mero pedido, solicitação.
CONCUSSÃO	EXTORSÃO
Ocorre uma ameaça que, entretanto, não pode ser grave.	Como o crime de extorsão é sempre cometido mediante o emprego de violência ou grave ameaça e tem pena maior do que a do crime de concussão caso o funcionário empregue violência contra pessoa ou grave ameaça



- **O crime de concussão não supõe a prática de corrupção ativa pelo particular**
- É legítima a utilização da condição pessoal de policial civil como circunstância judicial desfavorável para fins de exasperação da pena base aplicada a acusado pela prática do crime de concussão. (STF. HC 132990/PE, julgado em 16/8/2016)

EXCESSO DE EXAÇÃO - ART. 316, § 1º

Se o funcionário **1) exige tributo ou contribuição social** que sabe ou deveria saber **indevido**, ou, quando devido, **2) emprega na cobrança meio vexatório ou gravoso**, que a lei não autoriza:

Pena — reclusão, de três a oito anos, e multa.

São duas as condutas típicas:

- a) **exigir o funcionário público tributo ou contribuição social que sabe ou deveria saber indevido**. Trata-se de crime formal, que se consuma com a mera exigência, sendo desnecessário o efetivo pagamento por parte do contribuinte.
- b) **exigir tributo devido empregando meio vexatório ou gravoso** que a lei não autoriza.

Características

- a) Formal — Não exige o pagamento pelo particular, basta a exigência da vantagem indevida;
- b) De ação penal pública incondicionada;
- c) Admite a tentativa;
- d) Pode ser praticado mediante dolo direto ou dolo eventual;

CORRUPÇÃO PASSIVA - ART. 317

Solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou **aceitar** promessa de tal vantagem: Pena — reclusão, de dois a doze anos, e multa.

Todas as condutas típicas referem-se, necessariamente, a uma vantagem indevida em razão do cargo. **Trata-se de crime formal.**

CONCUSSÃO

a vítima, quando cede à exigência e entrega a

CORRUPÇÃO PASSIVA

Na corrupção passiva, o particular visa obter benefícios em troca da vantagem prestada.

vantagem indevida, o faz por ter sofrido uma ameaça, para não sofrer um mal

Entende-se que a tentativa só é possível na modalidade solicitar (e quando feita por escrito).

Características

- Simples quanto à objetividade jurídica
- Próprio e de concurso eventual quanto ao sujeito ativo
- De ação livre e comissivo quanto aos meios de execução
- Formal e instantâneo quanto ao momento consumativo
- Doloso quanto ao elemento subjetivo

Corrupção privilegiada: Nos termos do art. 317, § 2º, se o funcionário pratica, deixa de praticar ou retarda ato de ofício, com infração de dever funcional, **cedendo a pedido ou influência de outrem**

(Exceção pluralística à teoria monística): Em regra, o Código Penal adota a teoria monista no que tange ao concurso de pessoas (autores, coautores e partícipes respondem todos pelo mesmo crime para o qual concorreram, na medida de suas culpabilidades).

Em alguns casos específicos, porém, a lei penal enquadra comportamentos distintos voltados para o mesmo fim em diferentes ilícitos penais, adotando a chamada teoria pluralista do concurso de pessoas.

Ex: crimes de **corrupção ativa e corrupção passiva:** se o particular oferece vantagem indevida, e o funcionário público aceita tal vantagem, embora as duas condutas convirjam para o mesmo objetivo (auferir alguma vantagem, em detrimento do funcionamento da administração pública no que se refere à sua idoneidade e preservação dos princípios da probidade e da moralidade) cada um responderá por um delito autônomo - corrupção ativa e corrupção passiva, respectivamente.

FACILITAÇÃO DE CONTRABANDO OU DESCAMINHO

Art. 318. **Facilitar, com infração de dever funcional,** a prática de contrabando ou descaminho (art. 334): Pena — reclusão, de três a oito anos.

Consumação: No instante em que o funcionário público presta o auxílio (omissivo ou comissivo), a fim de facilitar o contrabando ou descaminho, ainda que este não se concretize



Pouca coisa de contrabando e descaminho (entendimentos jurisprudenciais quanto à natureza (formal ou material), princípio da insignificância.

CONTRABANDO*	DESCAMINHO*
No CONTRABANDO (art. 334-A) a conduta é importar ou exportar MERCADORIA PROIBIDA.	Ocorre quando o agente ilude, no todo ou em parte, o pagamento de direito ou imposto devido pela entrada, saída ou consumo da mercadoria – IRREGULARIDADE FISCAL + MERCADORIA LÍCITA.
O produto não pode ser importado ou exportado, ou o contribuinte não obteve a LI/RE competente	Os produtos podem ser importados ou exportados, mas o contribuinte o faz sem o pagamento dos impostos e direitos que seriam devidos
Não cabe o princípio da insignificância	Cabe o princípio da insignificância quando o débito tributário não ultrapassar o limite de R\$ 20.000,00
É formal, pois não exige um resultado naturalístico	O descaminho é crime tributário FORMAL . Logo, para que seja proposta ação penal por descaminho não é necessária a prévia constituição definitiva do crédito tributário .
Bem jurídico tutelado: interesse estatal de impedir a entrada e a comercialização de produtos proibidos em território nacional	Bem jurídico tutelado: Administração Pública, interesse da fazenda pública em ver pago o seu tributo. Proteção à economia nacional



CONCEITOS DE INTERNET E INTRANET. NOÇÕES BÁSICAS DE FERRAMENTAS, APLICATIVOS DE NAVEGAÇÃO E CORREIO ELETRÔNICO.

INTERNET

A Internet é uma imensa rede formada por inúmeros computadores e dispositivos eletrônicos interligados através de cabos, fibras ópticas, conexões sem fio e outros meios de comunicação. O que torna a Internet coesa e funcional é a adoção de um conjunto padrão de regras e protocolos de comunicação, conhecido como TCP/IP (Protocolo de Controle de Transmissão/Protocolo Internet).

Por meio desses protocolos, os dispositivos conectados à Internet podem trocar informações e dados entre si de maneira organizada e eficiente. **Essa infraestrutura de comunicação em rede possibilita o acesso a uma gama diversificada de serviços**, tais como o compartilhamento de informações (por exemplo, páginas da web, documentos, imagens e vídeos), comunicação instantânea (através de e-mails e mensagens), acesso a bancos de dados, streaming de mídia, jogos online e muito mais.

Portanto, a Internet não é apenas uma simples rede de computadores; ela é um ecossistema complexo que proporciona uma variedade de recursos e serviços para usuários ao redor do mundo. Essa interconexão global de dispositivos e serviços é fundamental para a forma como vivemos, trabalhamos e nos comunicamos na era digital.

SERVIÇOS	DESCRIÇÃO
WORLD WIDE WEB (WWW)	Trata-se do serviço de visualização de páginas web organizadas em sites em que milhares de pessoas possuem acesso instantâneo a uma vasta gama de informação online em hipermídia que podem ser acessadas via navegador – é o serviço mais utilizado na Internet. Em geral, esse serviço utiliza protocolos como HTTP e HTTPS.
CORREIO ELETRÔNICO	Trata-se do serviço de composição, envio e recebimento de mensagens eletrônicas entre partes de uma maneira análoga ao envio de cartas – é anterior à criação da Internet. Utiliza tipicamente um modo assíncrono de comunicação que permite a troca de mensagens dentro de uma organização. Em geral, esse serviço utiliza protocolos como POP3, IMAP e SMTP.

ACESSO REMOTO

Trata-se do serviço que permite aos usuários facilmente se conectarem com outros computadores, mesmo que eles estejam em localidades distantes no mundo. Esse acesso remoto pode ser feito de forma segura, com autenticação e criptografia de dados, se necessário. Em geral, esse serviço utiliza protocolos como SSH, RDP, VNC.

TRANSFERÊNCIA DE ARQUIVOS

Trata-se do serviço de tornar arquivos disponíveis para outros usuários por meio de downloads e uploads. Um arquivo de computador pode ser compartilhado ou transferido com diversas pessoas através da Internet, permitindo o acesso remoto aos usuários. Em geral, esse serviço utiliza protocolos como FTP e P2P.

WEB (WWW)

A internet é uma rede mundial de computadores que funciona como uma estrutura que transmite dados para diferentes aplicações (Instagram, Skype, Spotify, etc).

Parte da web que pode ser indexada por Ferramentas de Busca (Ex: Google, Bing, etc) de modo que seja visível e acessível diretamente por navegadores comuns sem a necessidade de autenticação (Ex: Login e Senha) é chamada de Surface Web (Superfície da Web ou Web Navegável)

DEEP WEB E DARK WEB

Deep Web (Web Profunda): parte da web que está protegida por mecanismos de autenticação ou que não pode ser acessada por meio de links tradicionais ou ferramentas de buscas, tais como seus e-mails ou sua conta no Internet Banking.

Estar na Deep Web não garante total privacidade. Ao acessar uma página por meio de um navegador comum, nosso computador se comunica com o servidor que armazena a página desejada. **Essa conexão passa por diversos intermediários ao redor do mundo, deixando rastros que podem ser utilizados para descobrir informações sobre quem está acessando e o que está sendo acessado.**

Dark Web: parte da Deep Web que **não é indexada por mecanismos de busca e nem possuem um endereço comum, logo é basicamente invisível e praticamente impossível de ser rastreada.** Para acessá-la, é necessário se conectar a uma rede específica – a mais famosa se chama Tor. Essa rede foi inicialmente um projeto militar americano para se comunicar sem que outras nações pudessem descobrir informações confidenciais.



TECNOLOGIAS DE ACESSO

DIAL-UP

Trata-se de uma conexão discada através de um modem e uma linha de telefonia fixa.

ADSL

Trata-se da conexão de banda larga (assim como todas as outras que veremos a seguir) oferecida por empresas de telefonia fixa.

PROTOCOLOS DE INTERNET

Nos dias atuais, o conjunto de protocolos padrão da Internet é conhecido como TCP/IP, sendo considerado a linguagem universal das máquinas. Independentemente do dispositivo utilizado, como notebooks, tablets ou computadores, e das variações de sistema operacional, como Linux ou Windows, ou da arquitetura do hardware, seja x86 ou x64, se estiver conectado à Internet, ele estará utilizando o TCP/IP.

Embora seja possível utilizar um protocolo diferente em um contexto isolado, para que uma rede se comunique com a Internet, o uso do TCP/IP é obrigatório.

MODELO OSI/ISO

Rede é uma combinação de hardware e software que envia dados de uma localidade para outra. Para que dados possam trafegar de um ponto a outro, é necessário que tanto hardware quanto software realizem algumas tarefas. Falando especificamente do contexto de softwares, a atividade de enviar um e-mail pode ser dividida em várias tarefas, cada uma das quais realizada por uma camada de software diferente.

REDE

- Combinação de hardware e software que envia dados de uma localidade para outra.
- Requer o funcionamento adequado tanto do hardware quanto do software.

Tarefas de software no contexto de enviar um e-mail:

- Divididas em várias camadas de software.
- Cada camada é responsável por uma etapa específica do processo.

O Modelo OSI é basicamente um modelo de referência para conexão e projetos de sistemas de redes que se baseia em camadas sobrepostas.



CAMADAS DE SOFTWARE:

CAMADA		DESCRIÇÃO	PROTOCOLOS
7	APLICAÇÃO	Camada responsável por habilitar o usuário, seja ele humano ou software, a estabelecer a comunicação entre aplicações e a acessar a rede.	HTTP, SMTP, FTP, SSH, TELNET, IRC, SNMP, POP3, IMAP, DNS.
6	APRESENTAÇÃO	Camada responsável por definir o formato para troca de dados entre computadores, como se fosse um tradutor	AFP, ICA, LPP, NCP, NDR, TOX, XDR, PAD.
5	SESSÃO	Camada responsável por permitir que duas ou mais aplicações em computadores diferentes possam abrir, usar e fechar uma conexão, chamada sessão	NETBIOS.
4	TRANSPORTE	Camada responsável por organizar dados em segmentos e que eles cheguem ao destino livre de erros (sem perdas, sem duplicações e na ordem correta).	TCP, UDP, NETBEUI.
3	REDE	Camada responsável pelo endereçamento, roteamento e entrega de pacotes individuais de dados desde sua origem até o seu destino, provavelmente através de várias redes.	IP, ICMP, ARP, RARP, NAT.
2	ENLACE	Camada responsável por organizar os dados em frames (ou quadros) e por estabelecer uma conexão nó-a-nó entre dois dispositivos físicos que compartilham o mesmo meio físico.	Ethernet, Token Ring, Bluetooth, WiFi.



1

FÍSICA

Camada responsável por definir as especificações elétricas e físicas da conexão de dados.

ARQUITETURA TCP/IP

MODELO OSI:

- Modelo conceitual utilizado para compreender a comunicação entre redes.
- Não é uma tecnologia, conjunto de protocolos ou software.
- Tem utilidade principalmente didática.

ARQUITETURA TCP/IP:

- Conjunto de protocolos e camadas utilizados para conectar redes diferentes.
- Desenvolvido antes do Modelo OSI.
- É o conjunto padrão de protocolos da Internet.

DIFERENÇAS ENTRE O MODELO OSI E A ARQUITETURA TCP/IP:

- O Modelo OSI é teórico, enquanto a Arquitetura TCP/IP é prática.
- As camadas da Arquitetura TCP/IP não correspondem exatamente às camadas do Modelo OSI.

IMPORTÂNCIA DA ARQUITETURA TCP/IP:

- Permite a conexão uniforme de diversas redes.
- É o conjunto de protocolos utilizado na Internet.

PRINCIPAIS PROTOCOLOS

IP (INTERNET PROTOCOL)

IP (Internet Protocol) significa Protocolo de Internet. "Inter" refere-se a "entre" e "net" refere-se a "rede", portanto, Internet significa "entre redes". Pode-se afirmar que o IP é o protocolo utilizado para distribuir pacotes de forma não confiável, com melhor esforço e sem conexão, sendo a base fundamental da Internet.



Em uma analogia, o IP pode ser comparado a um motorista dos Correios. Ele é experiente, conhece as melhores rotas para entregar os pacotes, e fará o possível para realizar a entrega. No entanto, ele não pode garantir que a entrega ocorrerá.

Assim como em uma possível greve dos caminhoneiros, o motorista (IP) pode enfrentar rotas bloqueadas e atrasar a entrega dos pacotes. Em situações mais extremas, como um assalto ao caminhão, onde os pacotes são levados, o IP também será incapaz de realizar a entrega.

Em resumo, o IP é responsável por encaminhar os pacotes, mas não pode assegurar que a entrega seja bem-sucedida em todas as circunstâncias, assim como um motorista dos Correios enfrenta desafios imprevistos que podem interferir no transporte das encomendas.

Por mais que ele se esforce (e ele é esforçado), ele não é capaz de garantir que a entrega será realizada. Por conta disso, ele é um protocolo não confiável, mas é de melhor esforço (best-effort).

O endereço **IP é responsável por definir de maneira única e universal a conexão de um dispositivo, como um computador ou um roteador.** Cada endereço ip representa uma única conexão com a internet, o que significa que dois dispositivos nunca podem ter o mesmo endereço ip ao mesmo tempo na mesma rede.

Além disso, **os endereços IP são universais, o que significa que o sistema de endereçamento deve ser aceito por qualquer host (máquina) que deseje se conectar à internet.** Isso garante a interoperabilidade entre os dispositivos e permite a comunicação eficiente em escala global.

O IPv4 (Versão 4) basicamente possui 32 bits de comprimento. Esses 32 bits geralmente são divididos em 4 octetos:

ENDEREÇO IP COM NOTAÇÃO DE OCTETOS BINÁRIOS

10101010

01010101

11100111

10111101

Devido à dificuldade na leitura, criou-se a conversão desses números do sistema binário para o sistema decimal. Veja um exemplo conforme o exemplo acima:

ENDEREÇO IP COM NOTAÇÃO DECIMAL PONTUADA

170

.

85

.

231

.

189

Na Internet, existem dois tipos de endereços IP: Estático e Dinâmico.

ENDEREÇO IP ESTÁTICO:



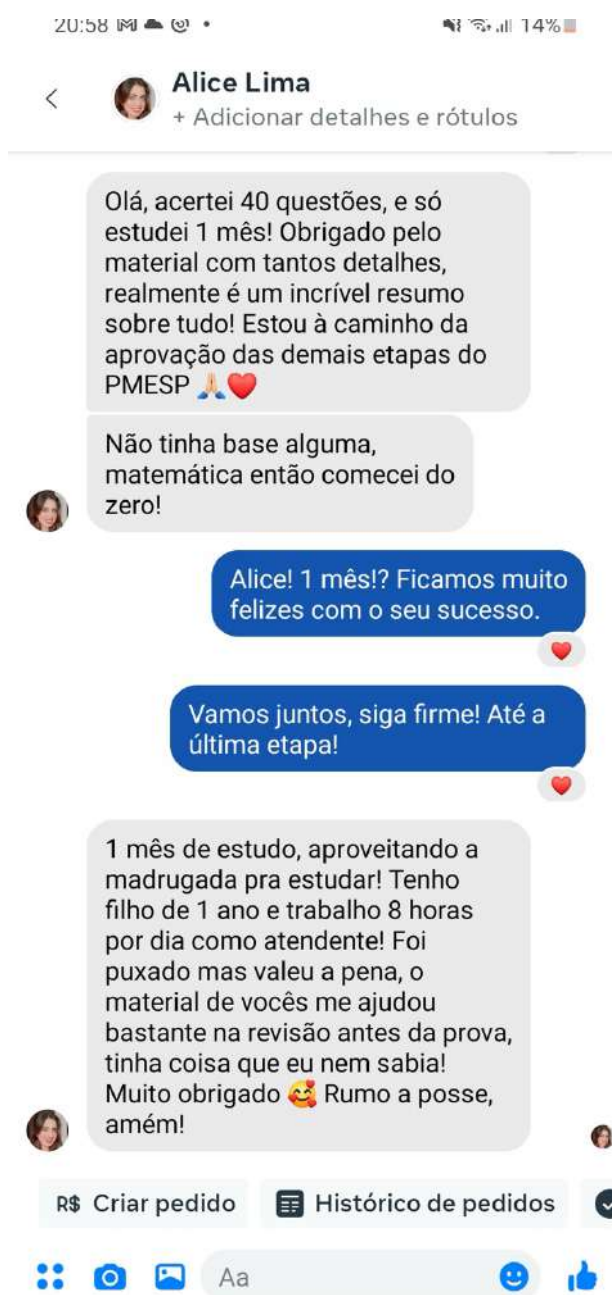
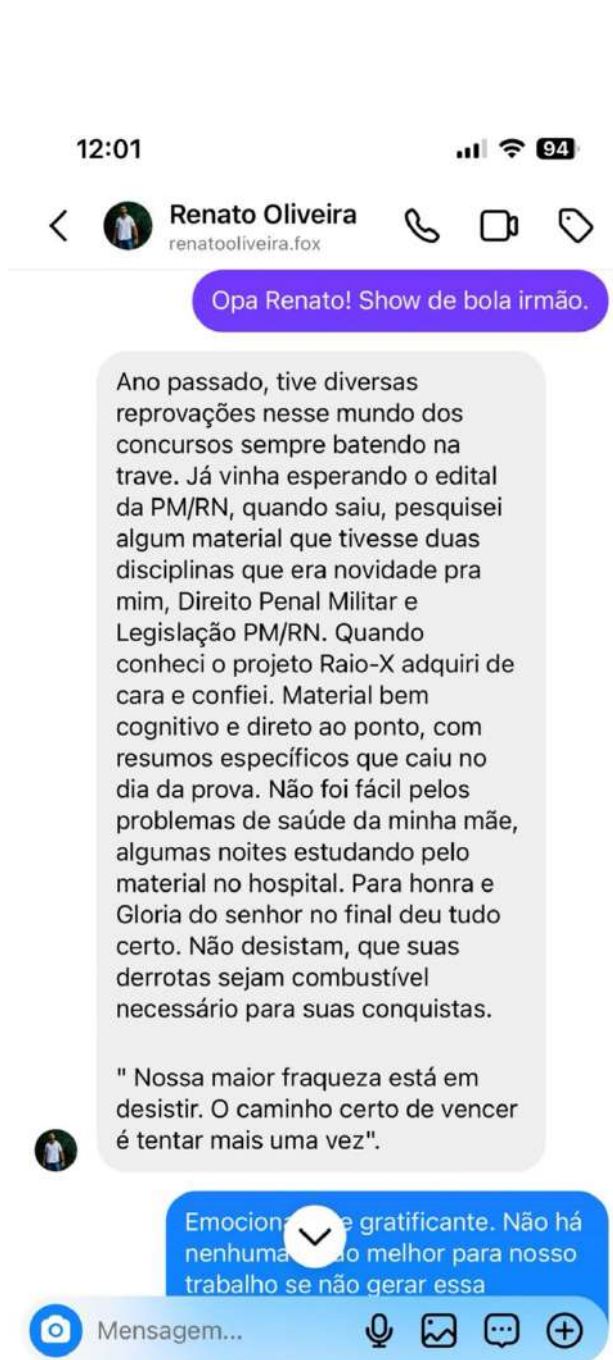
- Também chamado de fixo.
- Não muda e é pouco utilizado.
- Mais comum em máquinas servidoras.
- Exemplo: IP do Projeto Raio.



SEJA BEM-VINDO!

Desejamos as boas-vindas, e agradecemos por ter acompanhado a demonstração de nosso conteúdo! Todas as disciplinas foram feitas com base no estudo reverso para seu edital e banca nessa mesma qualidade! **Ou seja, a assertividade do conteúdo é ALTÍSSIMA em provas. Temos alcançado uma margem de 87% de acertos em média para cada prova policial em 2023!**

Aproveito para te mostrar o que nosso material já gerou em resultados, o seu poderá ser o próximo na PP-CE!



em fazer pra outras áreas como tribunal prf pc Pf

Receita

Fala Rodrigo! Já nesse segundo semestre!

Tô gostando do material, ele vai bem direto ao ponto e percebi que estou acertando mais questões e apreendendo mais parabéns aí a equipe

ONTEM, 22:43

Opa! Ficamos muito felizes! Esse é o nosso maior objetivo! Obrigado amigo! A sua avaliação é importante pra nós! ✓

Respondeu ao seu story

Eu tô estudando pelo material de vocês é perfeito mesmo, eu tinha comprado um curso caro e muito extenso não tava entendendo nada... Rumo a aprovação na PMERJ 💕

Muito bom, Rayane! Ficamos muito felizes! Futura aprovada PMERJ 🦅

Faça parte da nossa comunidade de mais de 8.000 alunos que transformaram seu modo ativo de estudos!

[CLIQUE AQUI PARA ADQUIRIR O SEU MATERIAL COMPLETO!](#)